

PROJETO DE VIDA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES, MG¹

LIFE PROJECT OF FAMILIES SETTLED BY THE AGRARIAN REFORM IN BRAZIL: THE CASE OF MARGARIDA ALVES SETTLEMENT

Mariângela de Faria²
Neide Maria de Almeida Pinto³
Ana Louise de Carvalho Fiúza⁴

1. RESUMO

Buscou-se compreender o lugar que o Assentamento Margarida Alves em Bambuí-MG ocupava nos projetos de vida das famílias assentadas, analisando suas trajetórias e perspectivas em relação à terra conquistada. Evidenciou-se que o perfil das famílias agregava realidades rurais e urbanas provenientes de Bambuí e de outras localidades. Para as famílias oriundas de Bambuí (mais da metade das famílias), o acesso ao lote possibilitou a elas continuarem trabalhando nas atividades que já desenvolviam, ligadas ao rural. Para aquelas vindas de outras localidades esse acesso também não significou rompimento com suas atividades costumeiras. De fato, a realidade dos assentados pouco diferia da do pequeno agricultor bambuiense: possuir um pedaço de terra no assentamento e manter residência na cidade ou ter outra profissão na área urbana compreendia o cotidiano de muitos. Finalmente, a condição de fim ou de meio do assentamento não era fator restritivo às possibilidades de reprodução social dos assentados.

Palavras-chaves: Assentamento. Trajetória. Projeto de vida.

¹ Artigo proveniente da Dissertação de Mestrado intitulada “O Lugar do Assentamento nos Projetos de Vida das Famílias Assentadas: o caso do Assentamento Margarida Alves, em Bambuí, MG, defendida no programa de pós-graduação em Economia Doméstica – UFV, em 2011.

² Mestre em Economia Doméstica pelo Programa de Mestrado em Economia Doméstica da Universidade Federal Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (mariangela.faria@ifmg.edu.br).

³ Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP e professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (nalmeidapinto@gmail.com).

⁴ Doutora em Sociologia na área de Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pela UFRRJ/RJ e professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (analouisefiuza@uol.com.br).

2. ABSTRACT

The objective of this study is to understand the place occupied by the Margarida Alves Settlement in Bambuí, state of Minas Gerais in the life project of settled families by analyzing the background and perspectives towards the acquired land. It was found that the profile of those families joined rural and urban realities from Bambuí and other cities. The acquisition of the land by families from Bambuí (more than the half of the families) make it possible for them to continue working on the activities that they were already performing, linked to rural activities. For those from other places, the acquisition of those lands did not mean the rupture with activities they were used to perform. Indeed, the reality of the settlers is not very different from the small producers from Bambuí. To own a piece of land in the settlement and to maintain residence in the city and to have a job in the urban area is the routine of many of them. Lastly, the purpose or means of the settlement was not a factor restricting the possibilities of social reproduction of the settlers.

Keywords: Settlement. Journey. Life Project.

3. INTRODUÇÃO

No Brasil, a grande massa de *sem terras* compõe um grupo social às margens de um sistema que tem no não provimento de meios para ascensão social uma das suas principais características. A partir da segunda metade do século XX, com a redemocratização do país os movimentos sociais do campo se fortaleceram e passaram a reivindicar o cumprimento dos projetos de Reforma Agrária. Nesse período começou a surgir, e têm surgido, no contexto agrário do país unidades produtivas da Reforma Agrária, denominadas *assentamentos*.

A formação dos assentamentos se dá com o acesso à terra por indivíduos e famílias que carregam consigo uma trajetória de vida que comporta marcas da história passada e expectativas em relação ao futuro, construído a partir do presente, ou seja, na vida no assentamento. No bojo dessas discussões, esta pesquisa tomou como referência empírica o assentamento Margarida Alves, situado na mesorregião do Alto São Francisco, na zona rural do Município de Bambuí, Minas Gerais. O trabalho teve como

objetivo analisar como os projetos de vida das famílias de um assentamento rural revelavam a expectativa que tinham em relação à terra. Especificamente, buscou-se analisar as trajetórias de vida dos assentados, os seus projetos de vida e o lugar neles ocupado pelo assentamento.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das preocupações dos governos tem sido a permanência dos trabalhadores rurais na terra onde foram assentados. De acordo com Camargo e Oliveira (2006), a permanência na terra é a possibilidade de o assentamento se transformar não só numa forma de sobrevivência, mas representar melhoria em todas as esferas da vida: das relações entre os homens a uma nova relação do homem com a natureza.

Segundo Medeiros (2006), a falta de adaptação com as condições do assentamento e a falta de identificação com outros assentados, além de identidade com o seu novo lugar, na maioria das vezes completamente diferente de sua área de origem, são fatores que causam a desistência da terra. Há também que ressaltar que, depois de alcançada a busca pela conquista da terra, o assentamento passa a demandar união dos assentados em torno de outros objetivos, para garantir a sua permanência. Ocorre que, muitas vezes, surgem conflitos dentro do próprio grupo, pois o aprendizado com a terra e com o assentamento passa, muitas vezes, por se estabelecerem relações nunca realizadas anteriormente, como o respeito às normas e regras impostas pelas instituições à frente e na origem dessas organizações. Essas situações geram choque com as tradições familiares e culturais, que nem sempre são possíveis de serem evitados.

Tais situações estão, muitas vezes, associadas à diversidade dos grupos e das situações presentes nesses espaços. Considerando a trajetória da formação de vários assentamentos no Brasil, Medeiros e Leite (1999) apontaram uma diversidade de situações presentes nessa trajetória. Muitas vezes, trata-se de populações urbanas, que antes eram trabalhadores rurais que foram expulsos de outras áreas agrícolas em transformação, como moradores das periferias de cidades envolvidos em atividades informais ou, até mesmo, com empregos, com contratos formais. Assim, os assentados, nessas situações, são pessoas com experiência urbana que, havendo oportunidade de retorno às áreas rurais, buscaram-nas não com a intenção de recriar um modo camponês

de vida, mas de alcançar alternativas de sobrevivência mais estáveis, conjugando o trabalho com outras atividades ou rendas. Muitos deles, inclusive, eram aposentados ou viviam de atividades eventuais como diaristas.

Assim, o projeto de assentamento rural finaliza um processo de luta pela terra, mas marca o início de outro, que é manutenção nesse espaço. Nesse novo processo em que as transformações são constantes, os trabalhadores rurais buscam a possibilidade de desenvolver seus “projetos de vida”. Eles, por sua vez, se encontram enraizados na trajetória de vida de cada indivíduo e, ou, família, que tem agora seu cotidiano transformado. Se antes lutavam por um pedaço de terra, agora o fazem pela manutenção da permanência no espaço conquistado. E essa nova realidade social, pelos seus conflitos e dificuldades pela necessidade de lutarem juntos por uma causa comum, faz que alguns valores e os significados em relação à luta pela terra sejam reelaborados (SCHWENDLER, 2000).

Nos dizeres de Leite et al. (2004), os assentamentos podem se colocar como o espaço onde famílias com trajetórias distintas se encontram e passam a ter um projeto de vida em comum, seguindo agora uma trajetória próxima, em que os projetos de vida individuais passam a ser reelaborados. No entanto, nem sempre os modos de vida num assentamento são compatíveis com os modos de vida das famílias assentadas. A vida no assentamento implica mudanças nas formas organizativas, nas sociabilidades, nos rearranjos espaciais das famílias, entre outras.

Um estudo desenvolvido por Navarro et al. (1999), em assentamentos no Rio Grande do Sul, evidenciou as tensões e indefinições entre as diferentes propostas de organização dadas pelos movimentos sociais e sua relação com as trajetórias das famílias. O modelo de ação coletiva proposto pelo MST entrava em confronto com a realidade da maioria dos assentados que trabalhavam individualmente. Em suas trajetórias, os grupos que seguiam a proposta de organização do MST monopolizavam, gerando competições internas, uma vez que não havia espaço para outros grupos se manifestarem, levando a formas de organização familiar individualizada com diferentes níveis de associação e ajuda mútua. Conhecer as trajetórias das famílias assentadas permitiria compreender as referências simbólicas que dão sentido às escolhas e aos projetos de vida dos assentados. De acordo com Faria (2005), levar em conta o percurso das populações assentadas é considerar as possibilidades de histórias que se fizeram

diferentes, com a construção de laços de solidariedade e vínculos de fidelidades e reciprocidades diversas.

Nesse sentido, estudar as trajetórias e os projetos de vida permitiu compreender a perspectiva que os sujeitos têm em relação ao assentamento nos diferentes aspectos que envolvem a sua vida: trabalho, educação, saúde, lazer, habitação, serviços, infraestrutura, sociabilidade etc. A partir dessas categorias, pode-se verificar se a perspectiva dos assentados envolve o trabalho agrícola no assentamento e, ou, o ganho remunerado em outras atividades.

Para análise dessas questões, tomou-se como objeto de estudo o assentamento Margarida Alves localizado na área rural do Município de Bambuí, na antiga Fazenda Velha Cerradão. A referida fazenda, distante 5,5 km da cidade de Bambuí, foi ocupada por trabalhadores rurais sem terra e dividida em 49 lotes, sendo a área média das parcelas (área útil/família livre para cultivo) de 28,8845 ha, acrescida de uma área comunitária. A partir do contexto delimitado, buscou-se, nesta pesquisa, compreender a capacidade dos assentamentos rurais de garantir a reprodução das famílias assentadas. Esta discussão se construiu a partir da análise das trajetórias e dos projetos de vida dos assentados que permitiu perceber o “lugar” que o assentamento ocupa nos diferentes aspectos que envolvem a sua vida. É como, no dizer de Boutinet (2002), “uma maneira de considerar a relação presente-futuro”. Ao se apropriar do social, o indivíduo nele inscreve sua marca e faz em sua subjetividade uma retradução desse social, reinventando-o a cada instante (FERRAROTI, 1998).

O breve “estado da arte” sobre as pesquisas realizadas nos assentamentos rurais no Brasil evidencia as dificuldades de permanência dos grupos assentados nas terras que lhe foram destinadas, deixando aberta uma questão que este estudo investigou: como a trajetória de vida das distintas famílias que formavam os assentamentos interferia na permanência dos assentados. Ou seja, de que forma essa trajetória trazia explicação para os seus projetos de vida e o “lugar” que o assentamento ocupava nos seus projetos.

5. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado no Assentamento Margarida Alves, em Bambuí, MG. Trata-se de uma área rural do Município de Bambuí, o qual se situa na mesorregião do

Alto São Francisco, no Estado de Minas Gerais. Além da trajetória do grupo, as análises foram compostas também de avaliações das suas condições atuais e possibilidades futuras. Optou-se pela pesquisa *survey* para delinear a trajetória dos assentados e avaliar suas condições atuais e possibilidades futuras.

A população pesquisada foi composta pelos assentados do Assentamento Margarida Alves. Ao todo, foram entrevistadas 45 das 49 famílias assentadas⁵. Assim, no primeiro momento da pesquisa foi realizado o censo dos assentados e, em seguida, foi composta uma amostra com 20 jovens, filhos desses assentados. O número de jovens que compôs o quadro da amostragem não foi determinado *a priori*, e suas entrevistas ocorreram após a dos pais, com aqueles que se encontravam em suas residências ou nos outros locais que se seguiram as entrevistas. Os jovens e suas famílias ajudaram a compreender as possibilidades de permanência dos trabalhadores rurais na terra onde foram assentados. Nas entrevistas, buscou-se compor o perfil socioeconômico das famílias e dos jovens, bem como suas condições de vida anteriores à instalação no assentamento e suas condições atuais. A partir daí, buscou-se compreender o contexto do assentamento nas suas trajetórias e projetos de vida.

6. RESULTADOS

O Assentamento Margarida Alves é constituído por três Núcleos de Base, sendo eles: Élcio de Freitas com 17 famílias, Che Guevara com 20 famílias e Zumbi dos Palmares com 12 famílias. Os Núcleos Che Guevara e Élcio de Freitas contam com lotes de 26 ha, possuem terrenos formados com pastagens e não têm reservas ecológicas. Já o Núcleo Zumbi dos Palmares tem lotes maiores, com 33 ha, mas suas terras são cobertas por plantações naturais, sendo 20% de sua área reserva natural.

6.1. Trajetórias das famílias assentadas

Estudos feitos em assentamentos rurais têm revelado que as famílias assentadas costumam ser originárias de várias localidades e possuem trajetórias de vida distintas.

⁵ Quatro famílias não entrevistadas em decorrência de não terem sido localizadas nos lotes e, ou, em suas residências urbanas no período das entrevistas.

Vilela (2002) observou esse fato dizendo que as pessoas que compõem o grupo dos assentados apresentam trajetórias de vida das mais diferentes possíveis, as quais se cruzam em dado momento. Buscando conhecer o perfil dos assentados no Margarida Alves e verificar possíveis proximidades com os estudos que vêm sendo desenvolvidos, reuniram-se dados que permitiram traçar a trajetória das famílias assentadas.

Os dados da pesquisa revelaram que 27 das 45 famílias assentadas eram provenientes do Município de Bambuí. Essas famílias apresentavam em comum o fato de serem pioneiras no processo de assentamentos de reforma agrária, já que ingressaram no movimento de luta pela terra em Bambuí e o Assentamento Margarida Alves foi o primeiro assentamento rural a se constituir no município. Sendo bambuienses, suas tendências rurais ficavam demarcadas na origem dos assentados.

Ao analisar os vínculos estabelecidos com o rural, verificou-se que 27 assentados apresentavam vínculo com o rural, 13 não possuíam vínculos rurais e cinco tinham vínculo rural-urbano. Neste estudo, consideraram-se famílias com vínculos rurais aquelas que durante toda a sua trajetória de vida tiveram suas atividades ligadas ao rural, morando ou não no campo. Famílias com vínculo urbano-rural foram aquelas que, em suas trajetórias, já exerceram atividades urbanas e atividades rurais. Vinte e duas das 27 famílias declararam ser de origem rural ou urbano-rural.

Para a maioria das famílias originárias de Bambuí, a conquista da terra significou a possibilidade de continuarem trabalhando com o que já faziam antes, como cuidar do gado e fazer plantações, tendo a terra o caráter de provedora de renda primária ou secundária. Grande parte desse grupo mantinham residência em Bambuí, indo ao assentamento para desenvolver as atividades de trabalho, como o cuidado com as criações e as plantações.

O grupo dos bambuienses, mesmo estes sendo da mesma região e com vínculo com o rural, é demarcado de histórias de vida distintas nesse grupo de assentados. Entre eles, vários sentidos para o assentamento foram percebidos: possibilidade de aumentar suas terras, autonomia como proprietários, estabilidade e melhoria da renda.

A partir da história de vida das famílias, podem-se agrupar da seguinte forma as famílias de Bambuí: seis famílias, *sempre trabalharam em atividades agrícolas, mas sem terra suficiente para a sobrevivência da família*, optaram pelo projeto do assentamento. Outro grupo composto por nove famílias sempre morou e trabalhou na

zona rural, porém em terras de terceiros. Para esses, o assentamento significou terra própria. Quatro famílias exerciam atividade urbano-rural, sendo o assentamento a maneira de continuar seu vínculo com o rural, e outras duas eram de antigos moradores da fazenda ocupada. Fazer parte do assentamento garantiu a eles permanecer na terra. Outros seis assentados provenientes do Município de Bambuí tinham seus percursos de vida distintas dos demais, porque seu vínculo com o rural não era acentuado.

De forma geral, o grupo dos assentados oriundos de Bambuí, mesmo os que não tinham vínculo rural direto, carregava consigo o desejo de possuir terras. No entanto, o sentido que a terra assumia para cada indivíduo se diferenciava individualmente ou em cada unidade familiar: para a maior parte, a terra tinha o sentido de trabalho; para outros, que já não se encontravam em idade produtiva, a terra assumia o sentido do descanso e da segurança; e para alguns era o sentido de “ajudar à família” a partir das atividades produtivas que prevalecia.

Entre o grupo das famílias provenientes de outros municípios, a terra era desejada como local de trabalho e de moradia. A maior parte carregava em suas trajetórias de pré-acampamento uma aproximação com a vida rural, sejam de morar, sejam de trabalhar, sejam de vínculos estabelecidos por parentesco ou amizade. Entre os assentados provenientes de municípios distantes até 200 km constavam Carmo da Mata, Passos, Carmo da Mata e Pará de Minas. Os assentados de Carmo da Mata eram moradores de outros municípios e se deslocaram para este em razão de participarem de um acampamento lá montado.

Eram quatro os assentados provindos de Pará de Minas que tinham em comum em suas trajetórias de pré-assentamento o vínculo com o urbano, as dificuldades encontradas na busca de empregos, as atividades que exerciam e o objetivo com a terra. Para eles, possuí-la já representava melhoria das condições de vida. É sabido que isso não é suficiente, pois precisa trabalhá-la e fazê-la produzir, e esse fato parecia passar despercebido nas trajetórias desses assentados.

O grupo de assentados provenientes de municípios com distância entre 201 e 480 km de Bambuí como Patos de Minas, Betim, Belo Horizonte e Visconde do Rio Branco agregava histórias próximas às já relatadas. Desempregados urbanos, pessoas com antigos vínculos com o rural ou, mesmo, pessoas que, mesmo morando em grandes metrópoles, mantinham um modo de vida com o rural tradicional.

O grupo proveniente de outros estados era composto por quatro famílias, todas com vínculo com o rural. As famílias do Assentamento Margarida Alves eram estruturadas dentro de um modelo de dominância masculina, tendo o homem como chefe e provedor. Na maioria das famílias era ele, o homem, quem realizavam as atividades no lote, como cuidar da pecuária, da produção do leite e do plantio, quando havia. A maioria das esposas se autodenominava como “do lar”, enquanto oito exerciam atividade complementar ao trabalho doméstico. Essas estavam relacionadas ao cuidado de hortas, criações de galinhas e porcos e outras atividades no lote. Outras seis mulheres exerciam atividades remuneradas fora de casa, a saber: massagista, madrinheira, cabeleireira, faxineira, diaristas em lavoura de café e vendedora de bombons. Cabe dizer, ainda, que essas atividades eram realizadas na zona urbana.

O histórico das profissões dos homens evidencia o perfil do público que atualmente compõe os movimentos de luta pela terra: professores, marceneiros, auxiliar de serviços gerais em hospitais, forneiro, funcionário de fábrica de tecidos, motorista, pintor e ajudante de pintor. Muitas dessas profissões não necessariamente encontram demandas exclusivamente no meio urbano, a exemplo dos assentados que trabalhavam como pedreiro e como pintor que podem desenvolver suas profissões tanto no urbano quanto no rural.

Atualmente, das 45 famílias entrevistadas, 29 moravam no assentamento. Quinze famílias mantinham residência na cidade, o que representava 35,6% dos assentados. Um assentado, diferente dos demais, não morava no assentamento nem na cidade, mas em uma fazenda de terceiro próximo ao assentamento. No entanto, morar no assentamento não significava ter a terra como primeira fonte de renda. Das 29 famílias que residiam no assentamento, 19 viviam somente dos trabalhos com a terra no assentamento. Oito famílias disseram trabalhar no lote, mas relataram também terem outras fontes de renda, como trabalho remunerado na cidade ou em outras fazendas. E o dado mais curioso era de que, dos 29 assentados que moravam no assentamento, dois disseram trabalhar apenas na cidade. Nesse caso, o lote era apenas lugar de moradia e não de fonte de renda.

O que se observou de comum entre as famílias que viviam no assentamento foi a forma de se relacionarem com a terra. O plantio de frutas, cultivo de hortas para o consumo e a criação de animais, como porcos e galinhas, era mais frequente entre os

residentes no assentamento do que entre os assentados que mantinham residência na cidade. A presença diária no lote viabilizaria a produção agropecuária – mesmo que para consumo doméstico – no lote da família.

Analisando a realidade das famílias assentadas, apuraram-se realidades distintas. No grupo foram encontradas 15 famílias que moravam na cidade de Bambuí. Dessas, sete trabalhavam no lote de onde retiravam seu sustento – de forma exclusiva – das terras que lhes pertenciam. Outras sete trabalhavam no lote, mas tinham outras fontes de renda, sendo o lote uma fonte secundária. Um assentado, no entanto, trabalhava somente na cidade ou em outros locais e justificou o fato relatando que “ainda não tinha concessão de uso da terra”.

Um percentual significativo, 19 famílias (42,22%), retirava sua renda principal de outras fontes e não da terra que receberam. Percebeu-se que, nesses casos, quase não houve mudança quanto à ocupação exercida antes de irem para o assentamento, pois quase todos permaneceram com as mesmas atividades. Os que trabalhavam como motorista, pintor, pedreiro, peão de rodeio, tratorista, animador de arena, vendedor de sanduíche, retireiro em fazenda de terceiro e aposentados continuaram tendo essas atividades como fontes primeiras. Apenas um assentado havia mudado de profissão: antes era cobrador de ônibus, sendo vigilante no momento da pesquisa.

Entre os assentados mais ligados ao Movimento dos Sem Terra, havia a percepção de que essa dinâmica rural-urbana comprometeria as possibilidades presentes e, possivelmente, futuras de desenvolvimento do assentamento. Isso porque, trabalhando em atividades não ligadas ao assentamento, haveria tendência de “individualismo” entre os assentados. Essa, por exemplo, foi a percepção de Gamaliel, um dos assentados que esteve presente desde os primeiros momentos na luta pela terra no Assentamento Margarida Alves e que teve grande envolvimento com o MST. Na sua perspectiva, a formação política do grupo é que determina as ações futuras para melhorar suas condições de vida, conforme se evidencia na fala a seguir:

Eu idealizei um sonho muito grande como coordenador, benefícios para o povo que se eu tivesse conseguido concretizar isso seria bom demais. Eu desiludi porque tem coisas que magoam muito. Me chamaram pra voltar pra coordenação, o povo aqui partiu para o individualismo e aconteceu o maior erro, quem não tem vai embora, quem tem vai em frente. Tem milhares de projetos para investir, não tem necessidade de um assentamento estar sem condições como está este (Gamaliel, 56 anos).

Na análise da dinâmica rural-urbana, observou-se que número significativo (29 famílias) tinha casa na zona urbana, o que levou a indagar sobre a posse das famílias em relação a essas residências. Das 29 famílias, 15 delas residiam e as outras 14 utilizavam a casa para se hospedarem quando iam à cidade ou era a moradia dos filhos, que optaram por permanecer na zona urbana. Quanto à propriedade das casas, observou-se que 21 das residências eram próprias, cinco eram cedidas por parentes e três eram alugadas. As que não possuíam casa na cidade somavam 16 famílias. O grande número de famílias proprietárias colocou a necessidade de aprofundar a dinâmica estabelecida por essas famílias.

Os assentados que moravam na cidade dedicavam menos tempo ao seu lote e, normalmente, possuíam a criação de gado de leite. Outros cuidavam da criação não leiteira, atividade que desliga mais o assentado da terra, pois não requer cuidados diários. Esse fato era corriqueiro em Bambuí entre os pequenos proprietários de terra. Percebeu-se a cultura local sobressaindo mesmo tendo uma política diferente.

Pôde-se verificar que 26 das famílias assentadas tinham seu lote como fonte de renda exclusiva para o seu sustento e de sua família, e 19 garantiam seu sustento baseado em outras fontes. Esse número significativo reforça o estudo de Sousa (2008) sobre os assentamentos no Acre. Segundo esse autor, atualmente uma minoria dos assentados tem como principal fonte de renda o trabalho em atividades agrícolas e que a proximidade do assentamento com as áreas urbanas beneficia os assentados que desenvolvem atividades não ligadas ao rural, muitos optando pelo trabalho assalariado na cidade.

Sem dinheiro para investir, as famílias vivem uma situação já assinalada por Bogo (1999), que relatou ser a conquista da terra apenas o primeiro passo. Segundo ele, mais difícil do que o processo de conquistar a terra é fazê-la produzir, organizar a cooperação e a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados. Para essas famílias e outras na mesma situação, as políticas públicas de fomento seriam de suma importância.

6.2. O lugar do assentamento nos projetos de vida dos assentados

Analisou-se, neste tópico, o lugar do Assentamento Margarida Alves nos projetos de vida dos assentados. Para tanto, buscou-se investigar as perspectivas dos assentados em relação às suas parcelas de terra. Isso para constatar se o assentamento se apresentava como um meio para o alcance de outros fins ou se ele se colocava como um fim em si mesmo.

Evidenciou-se que os assentados, em sua maioria (95,6%), “viam o assentamento como parte de seu projeto de vida” e, nesse contexto, pretendiam melhorar suas condições de moradia, produtividade, ou seja, “tornar-se independentes, obter mais verbas do governo” para a melhoria das suas condições de vida, ter um modo de vida diferenciado a partir da agroecologia e da produção coletiva. Entretanto, percentual menor via “o assentamento como um meio para alcançar outros fins”, e 4,4% dos assentados tencionavam viver apenas por determinado tempo no assentamento.

Assim, no grupo dos que **viam o assentamento como parte do seu projeto de vida**, mais da metade dos chefes de família desejava melhorar as condições de moradia e, ou, de produtividade do seu lote. Nesse grupo, encontravam-se aqueles que, em suas trajetórias de vida, sempre tiveram vínculo com o rural e, quando conseguiram seu pedaço de terra, passaram a vê-lo como meio de vida, sendo seu local de moradia e renda. Foi o caso de Judas, segundo o qual:

A vida lá fora não é fácil, lá fora ganhava mais e não dava, agora tenho minhas criações, sobra ovo e galinha pra vender. Fui nascido e criado na roça, quando fui para cidade, minha vida atrapalhou 99%. E ainda “estou mais satisfeito, só de não ser mandado, ninguém mandar em mim, mas minha renda vai melhorar, as vacas estão ‘mojando’, vou vender mais leite”.

A perspectiva desse assentado se aproxima da análise de França e Spavorek (2005), que relataram que “a terra significa mais do que um emprego ou ocupação porque possibilita o ‘trabalhar para si’, portanto uma condição de liberdade e ‘fartura’ (produção para garantir o sustento da família), ou seja, um trabalho sem os ‘mandos de um patrão’ [...]”.

Há ainda nesse grupo aqueles que esperavam verbas do governo para melhorar suas condições de vida (8,9%). Nesse caso, trata-se daqueles que, durante o pré-acampamento, viviam de trabalhos temporários e de baixa remuneração e viam no

assentamento a possibilidade de melhorar suas vidas. Como não conseguiram adquirir bens ou fazer reservas que lhes garantissem investimentos nos seus lotes e, sem conhecimento técnico, esperavam do governo ajuda financeira e assistência técnica para progredir em suas atividades.

Dois assentados (4,4%) desse grupo relacionaram suas perspectivas no lote a um modo de vida diferenciado, produzindo de forma coletiva e agroecológica. Nesse contexto, a agroecologia emerge como valor associado a outros, como cooperação, espírito de grupo e valorização do campo. Esse é o caso de assentados que participavam ativamente do MST e que carregavam consigo a filosofia proposta pelo Movimento⁶. Pode-se perceber, na sua fala, a idealização da vida no campo em oposição à vida na cidade. No resgate de seus sonhos, percebe-se o desejo de difundir a ideologia do MST a outros assentados, associando o seu objetivo de transformação social aos objetivos do movimento:

(...) desejo conseguir manter-me no lote produzindo de forma agroecológica. Já fiz vários cursos nesta área e na área de produção de agrofloresta não só para mim, mas um ajudando o outro, trabalhar a parte de cooperação das famílias... (Lucas, 38 anos, Bambuí).

O ambiente te molda, as pessoas do campo tem mais uma consciência política do que as pessoas da cidade, as pessoas da cidade tem uma consciência economicista... A pessoa que está no campo depende mais do lado social, de diálogo, porque ela está distante uma da outra.

Ainda dentro dessa perspectiva, tem-se a visão do assentado Gamaliel, que passou por um período de formação, vindo a ser um dos coordenadores do Assentamento Margarida Alves. Relatou que fez muitos cursos e aprendeu a se preocupar com os outros. Na sua fala, enfatizou: “quero melhorar, mas quero que os outros vão comigo”.

Outros 20% tinham como projeto de vida melhorar as condições produtivas na propriedade. Para esses assentados, o lote representava mais uma fonte de renda, podendo, em alguns casos, a terra que receberam no assentamento não ser o seu único meio de subsistência. Esse grupo precisava dessa terra para fazê-la produzir, ter lucro com a sua posse, mas não necessariamente dependia dela para morar, vincular-se a ela. A fala do assentado Moisés evidencia essa realidade. Ele morava na cidade, mas

⁶ Conforme o Caderno de Debates 1, trata-se de “um permanente trabalho de promoção da formação política em todos os níveis e em todos os nossos locais de atuação política” (CADERNO DE DEBATES 1).

trabalhava em seu lote e dizia que seus objetivos eram “melhorar o gado para ter um gado bom de leite, uma renda melhor, viver melhor com a família dando uma situação financeira melhor”. Como ele, o assentado Mauricio disse que seu objetivo era “aumentar o leite e progredir mais que puder”. E ainda o assentado Henoc disse que “o objetivo é viver da terra, ter vida digna, prosperar bastante. A intenção é colocar vacas de leite para manter a gente, criar peixe, ter porcos e galinhas”.

Um segundo e minoritário grupo foi o único a manifestar uma perspectiva de vínculo temporário com o assentamento. No grupo dos assentados que **viam o assentamento como um meio para alcançar outros fins**, 4,4% deles viam o assentamento como um período de passagem e que pretendiam viver apenas por determinado tempo no assentamento. Esse é o caso do Sr. Samuel, 79 anos de idade, que disse que o seu sonho é “viver lá uns tempos, lá é lugar tranquilo”. Nesse caso, talvez devido à idade avançada e também por ser aposentado isso justifique sua forma de pensar. Isaac, 50 anos, foi outro assentado que também não tinha a intenção de viver no assentamento para sempre. Nesses dois casos, verificou-se não haver em suas trajetórias de vida o vínculo com o rural.

Observou-se que 19 famílias não dependiam, única e exclusivamente, da terra recebida, embora ela tivesse significado de investimento. No momento, combinavam o uso da terra com outras atividades agrícolas e não agrícolas, objetivando angariar recursos para aplicar no seu lote.

Concluindo, pode-se perceber que, apesar de muitos não terem o assentamento como local de moradia, a maioria possuía o assentamento ligado ao seu projeto de vida. Isso mesmo percebendo-o como oportunidade de combinar as atividades agrícolas nele desenvolvidas com outras não agrícolas.

6.3. O lote no projeto de vida dos assentados com e sem vínculo anterior com o rural

A análise do assentamento no projeto de vida das famílias assentadas buscou também correlacionar o vínculo que as famílias declararam ter tido com o rural ao longo de sua vida. Consideraram-se, neste estudo, famílias com “vínculos rurais” aquelas que durante “toda” a sua trajetória de vida tiveram suas “atividades produtivas” ligadas ao meio rural, independentemente do local de moradia, se no campo ou na cidade. Já as

famílias com vínculo “urbano-rural” foram aquelas que, em suas trajetórias, já exerceram “atividades urbanas e atividades rurais”. E, finalmente, as famílias “urbanas”, aquelas que nunca exerceram nenhuma atividade ligada ao meio rural. Neste estudo, buscou-se verificar se a trajetória das famílias interferia no projeto que tinham para o assentamento: se a terra emergia nos seus projetos como “um fim” ou como “um meio”, análises que se fazem a seguir. Evidenciou-se que os assentados que em suas trajetórias de vida tiveram vínculo com o rural (60% dos assentados) compunham o maior número dos que tinham a terra como parte do seu projeto de vida.

Meu sonho é que isso aqui dê certo, construir uma casa boa, ter um tanquinho de leite, ter dignidade, viver com fartura (Judith, 54 anos, Betim).

Aumentar meu leite, progredir mais que eu puder (Abel, 55 anos, Bambuí).

Nas famílias com vínculo rural-urbano (11% dos assentados), constatou-se que em sua totalidade eles tinham a terra no seu projeto de vida, como Jonas, 33 anos, de Bambuí: “Gosto muito da roça, quero ter a renda só de lá”.

Outro ponto evidenciado foi que aqueles que tinham vínculo urbano (29% dos assentados), em sua maioria, também tinham a terra como parte do seu projeto de vida, tendo apenas dois assentados desse grupo a terra como meio. Em relação a esses assentados, apesar de ter uma trajetória urbana, a maior parte disse identificar-se com as atividades agropecuárias. Em parte, essa identificação se deve ao fato de as atividades na zona rural demandarem menos escolaridade. Essas pessoas viviam na cidade, tinham baixa escolaridade e trabalhavam em atividades de baixa remuneração e, ou, prestígio. Empregados, mas insatisfeitos por não serem donos de seus próprios negócios, ou, ainda, desempregados e com dificuldade de uma vaga de trabalho no mercado viam no assentamento a possibilidade de independência. “Morei em Bambuí e não consegui comprar nem um lote, quando a gente pensava que ia ganhar dinheiro acontecia imprevisto e a gente não ganhava” (Levi, 55 anos, Bambuí).

Esses dados revelam que o número de assentados que viam a terra como parte do seu projeto de vida era superior aos que a viam como meio para outros fins. No entanto, a possibilidade de desenvolvimento do assentamento Margarida Alves e, ou, a sua continuidade dependia também das novas gerações. Já se salientou anteriormente que, conforme informaram aqueles que, no momento da pesquisa, possuíam os lotes, 68,9%

se encontravam na faixa etária de 45 a 79 anos, e, dentro de alguns anos, boa parte dos proprietários entrará em idade de pouca produtividade. Logo, a possibilidade de continuidade desse “projeto” estará a cargo dos jovens, filhos desses assentados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, nesta pesquisa, compreender o lugar que o Assentamento Margarida Alves ocupava na trajetória de vida dos assentados, analisando como os projetos de vida das famílias de um assentamento rural afetavam a expectativa de fixação desses assentados. Para tanto, caracterizaram-se as famílias do assentamento quanto ao seu perfil socioeconômico e suas estratégias de reprodução, bem como as trajetórias de vida dos assentados, os seus projetos de vida e o lugar nele ocupado pelo assentamento.

Através da leitura de autores como Bogo (1999), Bertolini e Carneiro (2007), Medeiros (2006), Vilela (2002), D’Aquino (1996), Bergamasco e Norder (1999) e Sigaud (2004), entre outros, contextualizaram-se os assentamentos rurais no Brasil e, de posse dessas informações, partiu-se para o trabalho de campo. As entrevistas realizadas permitiram conhecer os núcleos familiares do Assentamento Margarida Alves, chegando-se aos dados necessários para as análises que se configuraram nas respostas às indagações feitas a princípio.

Construindo o cenário do Assentamento Margarida Alves e analisando as trajetórias de vida dos assentados e seus projetos de vida, percebeu-se que os assentados passaram por momentos marcantes, como no tempo em que viveram debaixo de uma lona. Foi um tempo sofrido, de privações, mas consideraram ter sido esse período relevante para a conquista da terra almejada, uma vez que, através da persistência em permanecerem acampados, conseguiram se unir e se fortalecerem rumo ao objetivo desejado: a posse da terra denominada Fazenda Velha.

O perfil das famílias do Assentamento Margarida Alves agrega realidades rurais e urbanas: pessoas que sempre vivenciaram a roça, pessoas que vivenciaram o campo e a cidade e pessoas que nunca vivenciaram a realidade rural. As observações sugerem um perfil de famílias que atendem aos objetivos do Programa de Reforma Agrária. No entanto, constatou-se que alguns chefes de família colocaram o lote no nome de parentes para ter acesso à terra. E, segundo relatos, o motivo era estar em desacordo

com os requisitos necessários para receber a terra, seja ter bens em seu nome e, ou, não estar em dia com suas obrigações legais.

Quanto à origem dos assentados, constatou-se que 60% das famílias entrevistadas eram provenientes do Município de Bambuí e, para a maioria, o acesso ao lote significava continuar trabalhando em atividades já desenvolvidas (retireiro, tratorista, agricultor, cuidador de cavalos). Os assentados provenientes de outras localidades somavam 40% do grupo entrevistado. Desses, apenas cinco exerciam somente atividades agrícolas, sete atividades agrícolas e não agrícolas e seis somente atividades ligadas ao urbano. Ou seja, o acesso à terra no Assentamento Margarida Alves não significou rompimento com as antigas atividades. Para a grande maioria, inclusive esse acesso garantiu o fortalecimento e possibilidade de incremento dessas atividades.

Levando em consideração a origem e ocupação profissional dos chefes de família, estabeleceu-se uma tipologia para agrupá-los: A) Assentado de origem rural e trabalho rural. Nesse grupo, encontraram-se aqueles que sempre trabalharam em atividades agrícolas, mas sem terras suficientes para a sobrevivência da família; aqueles que sempre moraram e trabalharam na zona rural, mas em terras de terceiros; os antigos trabalhadores da fazenda ocupada. B) Assentado de origem rural com trabalho *part-time*, aqueles que tinham origem rural, mas que parte do tempo exerciam atividade agropecuária no lote e outra parte do tempo exerciam atividade diferente fora do lote. C) Assentado de origem urbana e trabalho rural, aqueles provenientes da zona urbana, mas que atualmente suas atividades estavam ligadas ao lote. D) Assentado de origem urbana e trabalho *part-time*. Esses assentados realizavam suas atividades no lote, mas também faziam outros trabalhos na zona urbana para complementar suas rendas. E) Assentado de origem urbana e trabalho urbano, grupo formado por aqueles que tinham o assentamento como moradia e como fonte de lazer, exercendo atividade remunerada na zona urbana.

As famílias assentadas eram em número expressivo (21 famílias), trabalhadores rurais de origem rural e trabalho rural e todos tinham a terra como parte de seu projeto de vida. Havia 10 famílias de origem urbana e trabalho rural. Desse grupo eram provenientes de Bambuí cinco famílias, e dessas uma possuía a terra como meio para alcançar outro fim, não pretendendo morar para sempre no lote, e para os demais a terra

fazia parte de seus projetos de vida. Quanto aos assentados de origem rural e trabalho *part-time*, somavam-se seis famílias e assentados de origem urbana e cinco trabalho *part-time*. Nesses dois grupos, todas as famílias tinham a terra em seus projetos de vida. Por fim, eram três assentados de origem urbana e trabalho urbano, em que dois tinham a terra como parte de seus projetos de vida e um pretendia ficar por um tempo no assentamento.

Esses dados contribuíram para confirmar a hipótese de que a trajetória de vida rural-rural do assentado estava associada a projetos de vida familiares que tornaram o assentamento um fim e não um meio, uma vez que os assentados desse grupo – que em sua trajetória de vida apresentavam vínculo com o rural – retiravam, em sua totalidade, seu sustento da terra.

Negou-se a hipótese de que a trajetória urbano-rural do assentado estava associada a projetos de vida familiares que tornam o assentamento um meio e não um fim, uma vez que a totalidade dos assentados desse grupo tinha a terra como parte de seu projeto de vida.

A pesquisa revelou outros dados relevantes quanto à dinâmica das famílias assentadas. Os lotes do assentamento, por terem grandes extensões de terra, ficavam distantes uns dos outros, e isso não só se configurava como empecilho para os encontros sociais, como também para a troca e partilha de alimentos entre os assentados. No entanto, a sociabilidade dos assentados não se restringia ao espaço do assentamento, posto que ela se construía na cidade de Bambuí a partir dos inúmeros vínculos que mantinham no município a partir do trabalho, lazer e estudo.

A pesquisa também revelou um quadro muito precário das condições habitacionais. As casas possuíam dois cômodos e eram construídas de alvenaria e barro. Esse fato, associado à proximidade da cidade, contribuiu para que muitos optassem por morar na cidade. Tanto a moradia na cidade quanto a proximidade facilitavam o convívio e sociabilidade com os moradores da zona urbana. O assentamento não oferecia estrutura para a prática da religião, pois os residentes a vivenciavam na zona urbana e estabeleciam relações também com a cidade para a prática do lazer.

A reprodução das famílias não estava associada, de forma exclusiva e para a maioria das famílias, às atividades desenvolvidas no lote. No assentamento, pequeno número de famílias plantava frutas e hortas e criava animais, como porcos e galinhas.

Os demais assentados usavam as terras apenas para a criação de gado e, ou, plantações de milho e feijão.

Observou-se pouca atuação do setor público, e havia um agente de saúde disponível para atender a população e um carro coletivo para transportar as crianças para a escola. Mas sabe-se, através de vários autores, que as políticas públicas são essenciais no processo de permanência do homem na terra. No caso do Margarida Alves, esse fator não se constituiu em desestímulo para permanência do assentado na terra, uma vez que se constatou que 95,6% das famílias assentadas possuíam a terra como um fim em si mesmo, revelando que o assentamento ocupava lugar de destaque em seus projetos de vida. Apenas 4,4% das famílias o viam como um meio para alcançar outros fins.

Percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que o assentado do Margarida Alves pouco se diferenciava do pequeno agricultor de Bambuí. Ter um (pequeno) pedaço de terra e manter residência na cidade ou, ainda, outra profissão na área urbana é o cotidiano de muitos bambuienses. O que responde positivamente à última hipótese proposta, pois a condição de fim, ou de meio do assentamento, não constitui fator restritivo às possibilidades de reprodução social dos assentados. Pelo contrário, insere-os na cultura local, ainda lembrando que o maior número de assentados era proveniente do Município de Bambuí, MG.

A pesquisa revelou que o Assentamento Margarida Alves é pioneiro no Município de Bambuí, o que faz dele um objeto de estudo peculiar, uma vez que não são possíveis comparações ou alusões a outros assentamentos nesse município. O pioneirismo do Margarida Alves abriu a possibilidade de estudos que poderão ser aprimorados no futuro, observando se houve continuidade no projeto do assentamento, uma vez que este se encontrava no início de seu processo de desenvolvimento.

8. REFERÊNCIAS

CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. A. **Metodologias analítico-participativas e assentados da reforma agrária**: contribuição para a construção de uma nova identidade. 2006. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/sessao4/11_Regina.doc>. Acesso em: 27 mar. 2010.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das terras de Promissão-SP. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Resumos...** Caxambu, MG, outubro de 1996.

FRANÇA, C. G.; SPAROVEK, G. (Coord.). Aut. Corpora. : Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate**. P. imprensa. Brasília, DF, Brazil, 2005. 300 p.

LEITE, Sérgio et al. (Coord.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. [S.l.]: NEAD/MDA, 2004.

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, cultura e inovações: Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, 2006.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS, 1999.

PICCIN, M. B. Agricultores-assentados e lógicas produtivas: construindo um quadro de leitura. In: SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 30 ANOS DO CPDA, 2007, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro : UFRRJ, 2007. CD-ROM.

SCHWENDLER, S. F. A luta pela terra e a recriação social da vida no campo. **Revista GeoNotas**, Maringá, v. 4, n. 3, 2000.

VILELA, M. F. **Integração de técnicas de geoprocessamento e levantamento participativo de informações socioambientais**: um subsídio para a reforma agrária. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2002.